

BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.idoso@mpmt.mp.br



Edição n. 01
Dezembro/Janeiro
2023

SUMÁRIO

- 1** CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- 2** NOVIDADES LEGISLATIVAS
- 3** NOTÍCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(NACIONAL)
- 4** NOTÍCIAS TRIBUNAIS SUPERIORES
- 5** NOTÍCIAS OUTROS TRIBUNAIS ESTADUAIS
- 6** NOTÍCIAS DIVERSAS

EQUIPE CAO- IDOSO

Dr. Cláudio César Mateo Cavalcante – Promotor de Justiça Coordenador do CAO-Idoso

Rita de Cássia Arnaut Amadio – Analista Jurídica

Michele de Brito Martins - Auxiliar Ministerial



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

CNMP assegura prioridade em sustentações orais nas sessões plenárias a gestantes, lactantes, adotantes, puérperas, idosos e pessoas com deficiência - Em vigor desde o dia 20 de dezembro, a Emenda Regimental nº 47/2022 assegura a gestantes, lactantes, adotantes, puérperas, idosos e pessoas com deficiência, mediante comprovação de sua condição, preferência na ordem das sustentações orais nos julgamentos dos processos incluídos em pautas das sessões do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). ([Leia na íntegra](#)).



NOVIDADES LEGISLATIVAS

Comissão aprova oferta gratuita de cursos de informática em instituições públicas para idosos Objetivo é ampliar uso de novas tecnologias da informação por idosos e promover independência e socialização dessa parcela da população – [Leia na íntegra](#)





NOTÍCIAS OUTROS

MPS



MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA

Bradesco deverá assegurar atendimento prioritário a idosos – O Tribunal de Justiça da Bahia determinou ao Bradesco que garanta atendimento prioritário a idosos na agência da Calçada, em Salvador, disponibilizando uma fila específica, bem como um colaborador para orientação, a fim de evitar prejuízos a este grupo de consumidores. A decisão de ontem, dia 12, acata um pedido do Ministério Público estadual, realizado pelo promotor de Justiça Cristiano Chaves de Farias. ([Leia na íntegra](#)).



MINISTÉRIO PÚBLICO do CEARA

MPCE cobra do Município de Fortaleza e de Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas cumprimento de decisão judicial – O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da 15ª Promotoria de Justiça de Fortaleza, obteve judicialmente a interdição provisória da Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI) Recanto do Bem Viver (antes denominada Nancy Bezerra Guedes) ([Leia na íntegra](#)).

MPCE e Corpo de Bombeiros concluem primeiro módulo de curso para gestores e colaboradores de Instituições de Longa Permanência para Idosos Representantes de 41 Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) da Região Metropolitana de Fortaleza participaram, na última sexta-feira (20/01), da primeira etapa do Curso de Formação de Brigada contra Incêndios para ILPIs, promovido pelo Ministério Público do Estado do Ceará ([Leia na íntegra](#)).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

Homem é preso em Aimorés suspeito de praticar crimes de agiotagem contra idosos e pessoas com deficiência – Foi preso em flagrante , em Aimorés, no Vale do Rio Doce, um homem investigado por agiotagem¹ e lavagem de dinheiro. Os crimes, segundo as investigações, eram praticados contra pessoas idosas ou com algum tipo de deficiência. A operação, que resultou na prisão do suspeito, foi realizada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da Promotoria de Justiça de Aimorés e pela Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG). (Leia na íntegra)

Projeto 60+: Procon-MG promove palestra para idosos sobre prevenção contra golpes, em Itabira – O Procon-MG, órgão do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Itabira, e o Procon Municipal da cidade ministraram, no dia 19 de janeiro, a palestra “60+ Revelando direitos e desarmando golpes”. (Leia na íntegra)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA PARAÍBA

Comitê planeja protocolo para avaliação da saúde de pessoas idosas institucionalizadas – O Comitê Interinstitucional de Monitoramento e Fiscalização das Instituições de Longa Permanência para Idosos (Ilpis), coordenado pelo Ministério Público da Paraíba, deu início, à elaboração de um protocolo para avaliação da saúde de pessoas idosas institucionalizadas. (Leia na íntegra)



MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO

Casa de repouso para idosos se compromete a realizar adequações exigidas pela Vigilância sanitária – Diante da necessidade de sanar as irregularidades identificadas em vistoria no mês de setembro de 2022, a Casa de Repouso Luz e Vida, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, a Vigilância Sanitária e a Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos de Paulista celebraram termo de ajustamento de conduta (TAC) perante o Ministério Público de Pernambuco (MPPE). Por meio do TAC, as entidades se comprometeram a acompanhar as iniciativas adotadas pela casa de repouso ([Leia na íntegra](#)).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO DE JANEIRO

MPRJ promove atualizações em plataformas relacionadas às Instituições de longa permanência para pessoas idosas – O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção à Pessoa Idosa (CAO Idoso/MPRJ), promoveu reunião para apresentar atualizações de plataformas virtuais relacionadas às Instituições de Longa permanência para pessoas idosas (ILPIs). O encontro virtual contou com a participação de membros e servidores de diversos municípios do Estado e teve como objetivo principal apresentar reformulações da ferramenta Painel ILPIs e do Sistema Módulo do Idoso (MID). ([Leia na íntegra](#)).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

A pedido do MPRS, casa de idosos é fechada em Santa Vitória do Palmar – A partir de ação civil pública, a Justiça determinou a imediata cessação das atividades da Casa do Idoso, em Santa Vitória do Palmar. Determinou, ainda, que o Município providencie, no prazo de 15 dias, abrigo adequado dos idosos e demais abrigados em instituição ou encaminhamento aos familiares, de acordo com a situação peculiar de cada idoso, priorizando locais em que disponha de vínculos familiares. ([Leia na íntegra](#)).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO SERGIPE

Sentença – Ação do MPSE assegura continuidade de plano de saúde de idosa junto ao Ipesaúde – O Ministério Público de Sergipe, por meio do ajuizamento de Ação Civil Pública, conseguiu assegurar a continuidade do plano de saúde de uma idosa com deficiência visual e que sofre de diabetes e hipertensão, prejudicada pelo corte da assistência médica de maneira abrupta e abusiva pelo Instituto de Promoção e Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Sergipe – Ipesaúde ([Leia na íntegra](#)).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SÃO PAULO

MPSP pede e Justiça bloqueia recursos de Socorro para garantir suplemento alimentar a idosa – Município não cumpriu liminar que determinou fornecimento contínuo do produto ([Leia na íntegra](#))





NOTÍCIAS TRIBUNAIS SUPERIORES



STJ suspende imissão na posse e mantém idosas em imóvel onde residem há mais de 40 anos – Duas idosas de Mato Grosso do Sul poderão permanecer no imóvel onde residem há mais de 40 anos, objeto de disputa com a Caixa Econômica Federal, até que a questão seja decidida de forma definitiva. ([Leia na íntegra](#))



STF decide que beneficiário pode escolher regra mais vantajosa para cálculo da aposentadoria – Durante sessão plenária o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu a favor da chamada revisão da vida toda para as contribuições previdenciárias dos beneficiários que ingressaram no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) antes de 1994. A revisão do cálculo da aposentadoria a partir da regra mais favorável foi defendida pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, e apoiada pela maioria dos ministros da Corte. O caso tem origem no Recurso Extraordinário 1.276.977, representativo do Tema 1.102 da Sistemática da Repercussão Geral. ([Leia na íntegra](#)).

STF pode derrubar lei que evita “golpe do baú” contra idoso em união estável – Viúva quer ter direito à herança do falecido companheiro, mas TJSP considerou que ela pode receber somente metade do que casal conseguiu durante relacionamento ([Leia na íntegra](#)).



NOTÍCIAS OUTROS TRIBUNAIS ESTADUAIS



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Idosa com câncer tem garantido pela Justiça direito a receber tratameto- Médico prescreveu 30 sessões de oxigenoterapia hiperbárica, e cada sessão custa R\$360,00. Mas, como está registrado na decisão do Juizado Especial da Fazenda Pública, a autora tem como fonte de renda auxílio-doença no valor de um salário mínimo ([Leia na íntegra](#)).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

Central Judicial do Idoso e Uniceplac firmam parceria para expandir atendimento aos idosos - Parceria CJI e UNICEPLAC.jpegO 2º Vice-Presidente do TJDF, Desembargador Sérgio Rocha, e a Defensora Pública, Bianca Cobucci, participaram de reunião para firmar parceria entre a Central Judicial do Idoso e o Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos (Uniceplac) ([Leia na íntegra](#)).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Vara do Idoso reúne beneficiários de projeto de assistência social a asilos – Projeto Respeito não Envelhece – ajude a cuidar de quem sempre te ajudou ([Leia na íntegra](#)).

Pedido de Interdição deve comprovar incapacidade plena da pessoa – O juiz Alessandro Arrais Pereira, da 2ª Vara de Família da Comarca de Açailândia, rejeitou pedido de interdição de uma mulher com deficiência visual e câncer no cérebro, por não ter sido demonstrada a sua incapacidade plena para a prática dos atos da vida civil. ([Leia na íntegra](#))



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Idoso que sofreu acidente em esteira rolante de supermercado será indenizado – Um supermercado de Belo Horizonte foi condenado a pagar indenização por danos morais no valor de R\$10 mil a um idoso que se acidentou na esteira rolante de acesso ao estacionamento. Na decisão, do dia 14/12, a juíza Maria da Glória dos Reis, da 19ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte, determinou ainda que o supermercado ressarça os custos com o tratamento. ([Leia na íntegra](#)).

Idosa viveu quase um século sem ter a paternidade reconhecida – Quase 100 anos de vida, seis filhos, nove netos e muita história pra contar. Dona Carmelita de Santo Antônio Chaves, de 97 anos, não tirou o sorriso do rosto desde que entrou na sala de audiências do Centro de Reconhecimento de Paternidade, em Belo Horizonte, no dia 15/12 onde veio finalizar o acordo de reconhecimento de paternidade, em uma audiência híbrida (presencial e virtual), com os irmãos biológicos. ([Leia na íntegra](#))

Casal de idosos é indenizado por cancelamento de voo – Um casal de aposentados que precisou ir de carro à cerimônia de casamento do filho devido ao cancelamento imprevisto do voo deve ser indenizado em R\$ 10 mil (R\$ 5 mil para cada cônjuge) por uma empresa de viagens e uma companhia aérea pelos danos morais. A 10ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais manteve sentença da 9ª Vara Cível da Capital. ([Leia na íntegra](#)).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

Banco é condenado a indenizar aposentada por descontos indevidos– O Banco Bradesco foi condenado a indenizar uma aposentada por realizar descontos indevidos nos seus proventos decorrentes de empréstimo consignado não contratado. O caso foi julgado pela Primeira Câmara Especializada Cível do Tribunal de Justiça da Paraíba na Apelação Cível nº 0801207-82.2021.8.15.0321, que teve a relatoria do Desembargador José Ricardo Porto ([Leia na íntegra](#)).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Justiça condena dois homens por estelionato praticado contra idoso em agência bancária da Grande Natal – Dois homens acusados de praticarem estelionato contra um idoso em uma agência bancária, na região metropolitana de Natal em meados do ano passado, foram condenados pela 2ª Vara da Comarca de São Gonçalo do Amarante a uma pena de quatro anos e seis meses de reclusão e 135 dias-multa. A penalidade pecuniária deve ser paga no prazo de dez dias, a contar do trânsito em julgado da sentença. ([Leia na íntegra](#)).

Justiça determina tratamento domiciliar para idoso com Alzheimer em estado avançado – A 3ª Câmara Cível do TJRN, à unanimidade de votos, negou recurso e manteve decisão da 16ª Vara Cível de Natal que determinou ao plano de saúde o fornecimento, pelo tempo necessário, de acompanhamento pelo atendimento domiciliar, home care, para o tratamento de um idoso com diagnóstico de Alzheimer, acamado, traqueostomizado, entre outras complicações de saúde, indicado aos cuidados através deste tipo de serviço médico. ([Leia na íntegra](#)).

Aposentado de Caicó ganha ação e plano de saúde deve fornecer tratamento fonoaudiológico de forma contínua – Um idoso de 70 anos de idade ganhou uma ação judicial que obriga o seu plano de saúde a lhe fornecer, no prazo máximo de dez dias, de forma contínua, tratamento de fonoaudiologia, no total de três sessões por semana. O serviço deve ser prestado até indicação médica ou decisão em contrário, no domicílio do paciente, e por profissionais devidamente capacitados/habilitados. ([Leia na íntegra](#)).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Médico que evitou SUS e induziu idosa a cirurgia particular é condenado por improbidade – A 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina condenou um médico do sul do Estado pela prática de improbidade administrativa. Segundo denúncia do Ministério Público, o profissional, ligado ao Sistema Único de Saúde (SUS), induziu paciente idosa, de 80 anos, a submeter-se a cirurgia particular quando poderia ter realizado o mesmo procedimento na rede pública. Ao aceitar a opção oferecida pelo médico naquela ocasião, a família da senhora precisou pagar-lhe R\$ 1,3 mil por uma operação no ombro.([Leia na íntegra](#)).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Justiça Condena INSS A Conceder Benefício De Pensão Por Morte A Idoso De 103 Anos– A juíza Ana Paula Araújo Aires Toríbio, da Comarca de Peixe (TO), condenou na tarde desta sexta-feira (16/12) o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a conceder a um idoso de 103 anos benefício de pensão por morte de segurado especial. ([Leia na íntegra](#)).

6

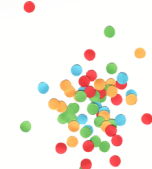
NOTÍCIAS DIVERSAS



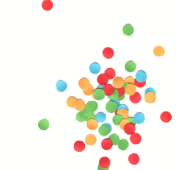
TST limita penhora de aposentadoria de idosa que recebe menos de quatro salários mínimos



Decisão sobre 'revisão da vida toda' vai gerar avalanche de processos



TST: Penhora de aposentadoria de idosa com dívidas é limitada



Empresa que impôs ócio forçado a empregada idosa deverá indenizá-la



MPMT

Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO